



AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A
AV. GOIÁS N. 91 - CENTRO - GOIÂNIA/GO - Site: www.goiasfomento.com
CNPJ.: 03.918.382/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2023

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIÁS-FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.
Os desdobramentos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital R\$ 416,5 milhões, com mais de 1,4 milhões de beneficiários mensais em 2023 e R\$ 903,9 milhões acumulados desde junho de 2021, com 3,2 milhões de beneficiários mensais desde o início.
Considerando somente transações por meio de cartões pré-pagos, a GoiásFomento promoveu desembolsos que somaram R\$ 270,6 milhões em volume financeiro em 2023, e R\$ 657,0 milhões desde o início, atendendo todos os municípios goianos.
Os programas de transferência de renda elevam a renda das famílias proporcionando melhorando o fluxo financeiro na atividade econômica local, contribuindo na geração de emprego e renda nos municípios. Essa injeção de recursos na economia, contribui na elevação do poder de consumo das famílias de baixa renda, com reflexos positivos para os pequenos empreendedores fornecedores de bens de consumo.
Dessa forma, a atuação como agente operador dos recursos proporcionou a geração de receitas para a GoiásFomento na ordem de R\$ 4,3 milhões no exercício.
Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem buscando meios para mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente e consequentemente o aumento no volume financeiro transacionado.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO
O lucro líquido alcançado em 2023 foi de R\$ 4,1 milhões, enquanto o obtido em 2022 foi de 3,4 milhões, conforme demonstrações financeiras, ou seja, a variação de 21,3% maior em relação ao exercício anterior. O resultado positivo alcançado se deu principalmente pelo ingresso de receitas advindas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operacionalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital, que juntos somaram R\$ 4,3 milhões no exercício.
Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projetado foi 7,2% menor com variação de R\$ 2,5 milhões e, em quando comparado ao ano anterior, foi 2,8% maior.
O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de R\$ 15,6 milhões em 31/12/2022 para R\$ 8,3 milhões em 31/12/2023, ou seja, uma redução de R\$ 7,3 milhões no período, enquanto as despesas com provisão foram R\$ 5,7 milhões menor que a obtida no ano anterior.

Table with 4 columns: RESULTADOS, EXERCÍCIO 2023 (Em R\$ 1.000), EXERCÍCIO 2022 (Em R\$ 1.000), and VARIACÃO (Em R\$ 1.000). Rows include Receitas Operacionais, Resultados Prestação de Serviços, Resultados Operacionais, Lucro Líquido, Principais Despesas, Balanço Patrimonial, and Indicador Financeiro.

Os ativos totais tiveram aumento de 0,2% quando comparado ao exercício anterior, saindo de R\$ 262,4 milhões para R\$ 263,0 milhões, ficando R\$ 526 mil maior. Quanto ao patrimônio líquido houve um aumento de 2,8% passando de R\$ 195,2 para R\$ 198,0.

Os desembolsos financeiros em operações de crédito somaram R\$ 39,9 milhões em 1.069 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasses do BNDES e FCO.
O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES/ FUNGETUR), ao final do exercício de 2023 ficou em R\$ 97,1 milhões, sendo R\$ 33,4 milhões menor em relação a 31/12/2022, enquanto o número de contratos ativos reduziu de 6.463 contratos para 4.434 em 2023, com diminuição de 2.029 contratos.
O saldo de recursos em tesouraria passou de R\$ 96,3 milhões no final de 2022 para R\$ 138,5 milhões no final de 2023. O aumento foi provocado tanto pela redução do saldo em operações de crédito quanto pelo ingresso de recursos referentes às taxas do PRODUR/FOMENTAR.

2. ATUAÇÃO DA GOIÁS-FOMENTO
Em 2023, a manutenção da SELIC na média superior a 13% ao ano ofuscou as expectativas de crescimento mais acelerado na oferta do crédito exigindo ainda mais subsídios para viabilizar os investimentos produtivos, embora a GoiásFomento tivesse reduzido sucessivamente a taxa de juros ao tomador no período.
Através do Fundo de Equalização para o Empreendedor - FUNDEQ, fundo destinado à concessão de subsídios sob a forma de equalização de juros e concessão de garantia por meio do aval nas operações de crédito, a GoiásFomento vem buscando a ampliação na concessão de financiamentos, em especial aos micros e pequenos empreendedores.
A GoiásFomento desembolsou R\$ 39,9 milhões em 1.069 operações de crédito, gerando/mantendo 1.804 empregos. Os desembolsos ficaram 1,6% maior que o alcançado no ano anterior.
Como agente operador de programas de transferência de rendas exclusivamente na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mês de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu desembolsos de valores que somaram de R\$ 416,5 milhões.

3. PERSPECTIVAS
A GOIÁS-FOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e iniciativa privada para a implementação diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.
Para 2024, essa agência buscará ampliar créditos para o agronegócio, a ampliação de financiamentos para o microcrédito por meio do FUNDEQ em especial na linha de crédito Mais Crédito.

AGRADECIMENTOS
A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2023, destaca a administração profissional esperada para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 23 de fevereiro de 2024.

ALAN FARIAS TAVARES
Presidente do Conselho de Administração
EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO
Diretor-Presidente
EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO
Diretor de Operações e Substituição
LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANCETES PATRIMONIAIS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

Table showing balance sheet items categorized by Circulante, Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito, Outros Créditos, Outros Valores e Bens, Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, Operações de Crédito, Outros Créditos, Permanente, Investimentos, Imóveis de Uso, Imobilizado de Uso, Imobilizado em Curso, Intangível, and Total do Ativo.

Table showing balance sheet items categorized by Circulante, Obrig. por Emp. e Repasses, Outras Obrigações, Não Circulante, Exigível a Longo Prazo, Obrig. por Emp. e Repasses, Patrimônio Líquido, and Total do Passivo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

Income Statement table with columns for Discriminação, Notas Explicativas, 2º Semestre de 2023, Exercícios 31/12/2023, and Exercícios 31/12/2022. Rows include Receitas da Intermediação Financeira, Despesas da Intermediação Financeira, Resultados Operacional, and Lucro Líquido.

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil)

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios 31/12/2023, and Exercícios 31/12/2022. Rows include Lucro/Prejuízo Líquido no Exercício and Resultados Abrangentes no Exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil)

Table showing changes in equity components with columns for Eventos, Capital Realizado, Aumento de Capital, Reservas de Lucros, Lucros Acumulados, and Total. Rows include Saldo em 30/06/2023, Saldo em 31/12/2023, and Mutações do Exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

Table showing cash flow by category with columns for Descrição, 2º Semestre 2023, Exercícios 31/12/2023, and Exercícios 31/12/2022. Rows include Fluxo de Caixa Provenientes das Operações, Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos, Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos, and Variação Líquida de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

NOTA 1 - Contexto Operacional
A GOIÁS-FOMENTO é Instituição Financeira de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, órgão regulador, constituída pela Lei Estadual nº 13.533/98 e regida pela Resolução 2829/2001, do Conselho Monetário Nacional e respectivas alterações.
NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
Declaração de conformidade e base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras e nas conformidades da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976; Lei do Sistema Financeiro Nacional nº 4.595/1964 e normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil.
NOTA 3 - Principais Práticas Contábeis Adotadas
As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.
a) Moeda de apresentação e funcional
As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Critérios de reconhecimento dos resultados
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para aquelas de natureza financeira.
c) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário.
d) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com reversibilidade imediata.
e) Obrigações por empréstimos e repasses
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.
f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
I) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado.
II) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores.
III) Instrumentos financeiros derivativos - A Instituição não possui operações com derivativos.

g) Operações de crédito e outros créditos
Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 5.
As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59º) dia de atraso. Após o quinquagésimo nono dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.
As operações ativas negociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GoiásFomento alinhada à Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão.
As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a mesma política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas.
As negociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das negociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
No exercício foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 13.803 (exercício/2022 - R\$ 7.960). Os créditos recuperados no exercício de 2023 foram de R\$ 11.590 (exercício/2022 - R\$ 13.022).
h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da ocorrência de inadimplência. Na conformidade do Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito na faixa de risco estabelecidas pela referida Resolução é contado em dobro, para as operações de longo prazo com garantias.
i) Outros valores e bens
Compostos basicamente por ativos não financeiros mantidos para vendas - outros imóveis, reclassificados de Bens Não de Uso Próprio, conforme Resolução 4.747/19 do CMN, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo, ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.
j) Permanente
I. Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável.
As operações dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.
II. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.
III. Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorpóreos destinados à manutenção da Agência, ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534/16 do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 8.
k) Avaliação do valor recuperável
Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente, eventuais perdas quando identificadas são reconhecidas no resultado, tanto, para os Bens de Uso quanto, para os Bens Não de Uso Próprio.
l) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.
Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.
m) Impostos
Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.
n) Provisão para férias e 13º. salário
É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.
NOTA 4 - Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários
a) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários
b) Recalculamos os títulos e valores mobiliários
c) Composição total da carteira e prazos
d) Níveis de Risco
e) Concentração de crédito e risco de crédito
f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
g) Recalculamos a carteira de operações de crédito.

continuação

NOTA 6 – Outros Ativos

Descrições	31/12/23	31/12/22
Rendas a receber – Prestação de serviços	1.724	17.390
Outras rendas a receber – convênios	762	1.236
Adiantamentos concedidos	160	198
Créditos tributários (Longo Prazo Nota 15.2)	8.948	10.337
Devedores por outros valores e bens – Leilão	524	483
Provisão para outros créditos – Leilão	(22)	(5)
Devedores a contribuições a serem restituídos	1.073	1.132
Devedores por depósitos em garantia (*)	787	796
Pagamentos a Ressorcir	6.561	6.342
Outros	2.089	3.000
Totais	22.606	40.909
Curto Prazo	13.658	30.572
Longo Prazo	8.948	10.337

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto civis.

NOTA 7 – Outros Valores e Bens

a) Resumo das contas

Descrições	31/12/23	31/12/22
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	9.918	6.767
Provisão para desvalorização (b)	(312)	(312)
Despesas antecipadas	131	283
Totais	9.737	6.738

b) **Ativos não financeiros mantidos para venda** – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas diretas.
✓ Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 8 – Permanente

Descrições			31/12/23	31/12/22
	Taxa anual	Custo	Valor residual	Valor residual
Investimentos	-	10	-	10
Imoviz em curso – Projeto	-	34	-	34
Imoviz de uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422
Imoviz de uso – Edificações	4%	1.867	(972)	895
Imobilização de uso	10%	1.727	(1.313)	414
Intangível	20%	394	(394)	-
Totais	-	6.454	(2.679)	3.775

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores atavados.

NOTA 9 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Caixa Econômica Federal – CEF e Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Periodos
BNDES	2,94 a.a.	13 meses	31/12/23 31/12/22
Obrigações			601 1.167
Curto Prazo			494 710
Longo Prazo			107 457
FINEP	1,47% a.a.	6 anos/3 meses	31/12/23 31/12/22
Obrigações			4.380 2.545
Curto Prazo			589 309
Longo Prazo			3.791 2.236
FCO	7,43% (pré a.a) TFC (pós a.a)	2 ano/3 meses	31/12/23 31/12/22
Obrigações			6.229 10.303
Curto Prazo			3.462 4.015
Longo Prazo			2.767 6.288
CEF	1,89% a.a.	5 meses	31/12/23 31/12/22
Obrigações			2.037 7.981
Curto Prazo			2.037 6.154
Longo Prazo			- 1.827
FUNGETUR			31/12/23 31/12/22
Obrigações			33.446 32.706
Selec - Prazo médio 1 ano e 6 meses		Valor à Curto Prazo – Recursos em caixa	8.600 17.948
INPC a.m. Prazo médio 2 anos e 1 mês		Valor à Longo Prazo – Liberados (Op. Crédito)	24.846 14.758
Totais			46.693 54.702

NOTA 10 – Outras Obrigações

Descrições	31/12/23	31/12/22
Dividendos e bonificações a pagar	4.362	2.686
Subtotal	4.362	2.686
Fiscais e previdenciárias	-	1.725
Impostos e contribuições	-	2.498
Subtotal	1.692	2.498
Créditos diversos	8.315	3.455
Provisão de férias e 13 salários	2.054	2.056
Contingências	804	804
Obrigações por aquisição de bens/direitos	-	178
Outras	1.075	884
Subtotal	12.248	7.377
Totais	18.302	12.561

NOTA 11 – Capital Social

O Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subdividido e integralizado o valor de R\$ 186.394.379,58 (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representado por 186.394.379 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 12 – Despesas da Intermediação Financeira

Descrições	2º Sem de 23	31/12/23	31/12/22
Provisão p/devedores duvidosos	3.802	7.516	13.236
Provisão p/desvalorização de títulos	4	3	55
Empréstimos e repasses	2.199	4.761	6.414
Totais	6.005	12.280	19.705

(*) A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 13 – Despesas de Pessoal, Administrativas e Tributárias, inclusive, PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	2º Sem de 23	31/12/23	31/12/22
Despesas de pessoal	15.207	29.570	28.718
Honorários	1.170	2.344	2.323
Subtotal	16.377	31.914	31.041
Água, energia, gás, aluguéis	128	315	256
Comunicação	53	122	144
Manutenção/conservação	76	169	208
Serviços de terceiros	402	808	876
Informações cadastrais	91	199	249
Correspondente de crédito	36	65	133
Propaganda/pub. publicação	34	86	73
Técnicos especializados	597	1.840	2.977
Vigilância e segurança	304	608	564
Transportes	168	259	181
Emolumento lúd/cartorário	595	1.367	1.262
Títulos bancários	111	236	340
Outros	989	1.890	551
Subtotal	3.584	7.964	7.814
Tributárias	1.628	3.095	3.249
Subtotal	1.628	3.095	3.249
Totais	21.589	42.973	42.104

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. (**) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

NOTA 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	31/12/23	31/12/22
Outras receitas		
Prestação de serviço (*)	12.555	15.376
Recuperação env. despesas	469	1.657
Reversão/Prov. operacionais (**)	10.390	222
Equalizações de taxas	4.280	5.765
Outras	7.162	5.268
Total de outras receitas	34.856	28.288
Outras despesas		
Amortização do intangível	3	79
Depreciação	226	231
Provisão para contingência	13	10
Provisão para outros créditos (***)	10.390	-
Outras	1.976	249
Totais de outras despesas	12.623	569

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, às taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.

(**) Refere-se a reversão da provisão das taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR E FUNPRODUZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, foram provisionadas em março de 2023 e que conforme liquidação das referidas taxas pelo Governo do Estado de Goiás, foi feita a reversão em dezembro de 2023.

(***) Despesa de provisão de renda e contribuição social referente às taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR E FUNPRODUZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, provisionadas em março de 2023.

NOTA 15 – Impostos, Contribuições e Ativo Fiscal Diferido

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrições	IRPJ	CSLL
Resultado do período	7.281	7.281
Juros sobre capital próprio	(3.640)	(3.640)
Resultado do período	3.641	3.641
+ ADIÇÕES		
Provisão para devedores duvidosos/2023	8.296	8.296
Operações de crédito compensadas em prej. a excluir	11.439	11.439
Despesas não dedutíveis	1.184	1.184
Totais das adições	20.919	20.919
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(21.355)	(21.355)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(966)	(966)
Outras exclusões	(1.120)	(1.120)
Totais das exclusões	(23.441)	(23.441)
= Lucro Real	1.119	1.119
Imposto de renda e contribuição social (*)	266	224
Realização líquida de créditos tributários	647	742

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores avaliados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/23, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2022	5.618	4.719	10.337
Constituição no exercício	852	766	1.618
Realização no exercício	(1.499)	(1.508)	(3.007)
Saldo em 31/12/2023 – Nota 6	4.971	3.977	8.948
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	4.971	3.977	8.948

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2024	2025
Imposto de Renda	1.045	1.045
Contribuição Social	836	836
Totais	1.881	1.881

c) Natureza dos créditos

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa*, Provisão dos créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 31/12/23, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: R\$4.971 de Imposto de Renda e R\$3.977 de CSLL, totalizando em R\$8.948.

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

NOTA 16 – Destinação do Resultado

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/23	31/12/22
Lucro do Exercício	4.085	3.368

NOTA 17 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes relacionadas	Ativo	Passivo	Resultado			
Descrições	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22		
FUNPRODUZIR	618	3.381	-	-	7.055	8.804
FOMENTAR	333	13.985	-	-	4.448	5.416
FUNBAM	-	-	-	-	-	365
FUNDEQ – Equalização (*)	3	-	-	-	1.981	1.611
FUNPROZIR – Equalização (*)	-	-	-	-	1.233	2.725
Crédito produtivo	8	21	-	-	133	52
JCP – Estado de Goiás	-	-	3.641	2.350	-	-
Convênios (**)	439	1.236	-	-	5.378	1.428

(*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUZIR e do FUNDEQ às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

(**) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social – Aprendiz do Futuro; Secretaria da Educação – Bolsa Alfabetizador; Secretaria da Retomada – Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapiranga – Cartão Xixá Itapiranga; Secretaria do Desenvolvimento Social – Crédito Social e Mães de Goiás; Fundação de Amparo a Pesquisa – Empodera; Agência Goiana de Habitação – Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Itumbiera – Renda Mais Itumbiera.

NOTA 18 – Exigibilidades de Capital Principal e Limites de Imobilização

O Demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Aproximação da Situação da Instituição; b) Aproximação da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e envio mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos operacionais.

Índice da Basília e de Imobilização (ILO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/23, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/23	31/12/22
Patrimônio de referência	194.780	195.182
Índice de basília	51,89%	53,60%
Nível I	42,06%	43,63%
Índice de imobilização basília	1,94%	2,04%
Límite	97.390	97.591
Situação	3.775	3.975
Folga de imobilização	93.615	93.616

O Banco Central publicou as regras de Basília III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013:

Resolução nº 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal;

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Certas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao delimitar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets). O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.955/21 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN; Resolução nº 229/22 e Circular 3.634/13 do Banco Central do Brasil.

a) Risco operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Risco de liquidez

A GoiásFomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

c) Gerenciamento de capital

A GoiásFomento possui plano de capital que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição está sujeita, abrangendo um período de três anos, em consonância com o planejamento estratégico.

d) Risco de crédito

As diretrizes e atribuições para o gerenciamento de riscos de crédito estão contempladas na Política de Gestão de Riscos em conjunto com o Politcma de Crédito de Desenvolvido – PCD.

O cálculo da parcela do RWA para a alocação de capital para o risco de mercado, é efetuado conforme a Resolução nº 229/22 do Banco Central do Brasil.

e) Julgamento da administração sobre o índice de Basília

A administração julga adequada o atual nível do Índice de Basília levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 8%.

f) Cálculo do patrimônio de referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2023, são demonstrados abaixo:

Descrições	31/12/23	31/12/22
Capital principal	194.780	195.182
Nível I	172.024	195.182
Patrimônio de referência	194.780	195.182

Descrições	31/12/23	31/12/22
PR- Patrimônio de referência	194.780	195.182
RWA - Risk -Weighted Assets	375.380	364.137
Margem PR nível I requerido	172.257	173.334
PR Nível I mínimo requerido para o RWA	22.523	21.848
Margem s/ capital requerido	177.888	172.796
Capital principal mínimo requerido para o RWA	16.892	16.386
Índice basília capital	47,39%	49,10%
Índice basília amplo	51,89%	53,60%

g) Risco social, ambiental e climático

A GoiásFomento possui Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC) conforme Resolução 4.945/21 do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 19 – Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração é fixada em assembleia geral de acionistas:

Descrições	31/12/23	31/12/22
Proventos	917	954
Gratificações	53	23
Conselho de administração	717	613
Outros	657	733
Totais	2.344	2.323

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

NOTA 20 – Seguros

A Instituição mantém seguro predial (não auditado).

NOTA 21 – Avalis e Fianças

A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avalis ou fianças em 31/12/2023 e 31/12/2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25.
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010 - Goiânia – GO

Prezados Senhores,

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** ("GoiásFomento"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** ("GoiásFomento") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à GoiásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.296 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Availamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Availamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 8.948 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Availamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as preclidas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiania/GO, 25 de março de 2024



Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 Sº GO
CNAI 4747

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 Sº GO
Sócio Sênior – CNAI 1552

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 Sº GO
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Estudo do Crédito Tributário referentes ao exercício findo em 31/12/2023, considerando os termos do Relatório da empresa AUDIMEC Auditores Independentes S/S, sem ressalva, opinam que as referidas peças estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração.

Goiania/GO, 25 de março de 2024

Donalvam Moreira da Costa Maia
CONSELHEIRO

Gisele Barreto Lourenço
CONSELHEIRA

Ronaldo Dutra Baia
CONSELHEIRO

GOIÁS FOMENTO - BALANÇO DIGITAL.pdf

Documento número 6077d07e-8e29-4fc9-8ec6-52206b6e7b99



Assinaturas

 faturamento@ohoje.com.br
Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).



Hash do documento original (SHA256):
ed8b1687c9bd44dfd3711dbaed7000b7f5fbebfe614c1e090fdc318682ff04ae

Verificador de Autenticidade:
<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=6077d07e-8e29-4fc9-8ec6-52206b6e7b99>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação 6077d07e-8e29-4fc9-8ec6-52206b6e7b99, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br